CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

2017

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Março/2018

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO CEFOR
RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – 2017
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 3
   DADOS DA INSTITUIÇÃO 3
   PERFIL INSTITUCIONAL 3
   PERSPECTIVA ESTRATÉGICA 4
2. INDICADORES 5
   ENSINO 5
   PESQUISA 19
   EXTENSÃO 21
3. BANCO DE DADOS ESTATÍSTICOS 28
   ENSINO 28
   INDICADORES DA CAPES 31

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem o objetivo de sintetizar os resultados do processo de autoavaliação institucional estabelecido pelo Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, escola de governo vinculada à Câmara dos Deputados, que visa à proposição de melhoria contínua na qualidade acadêmica e ao aprimoramento função educacional e da relevância social do Programa.

DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da IES: Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), escola de governo vinculada à Câmara dos Deputados.

Código da IES: 201207891

Caracterização de IES: Instituição Pública Federal – Escola de Governo

Estado: DF Município: Brasília

Ato do credenciamento: Portaria MEC nº 51, de 11/1/2005 (credenciamento por 5 anos) e Portaria MEC nº 666, de 22/5/2017 (credenciamento por 8 anos).

PERFIL INSTITUCIONAL

MISSÃO

O Programa de Pós-Graduação do Cefor tem como missão promover a formação superior de profissionais para o Poder Legislativo, bem como a produção e a disseminação sistemática de conhecimentos, práticas e valores do Parlamento, contribuindo para o aperfeiçoamento institucional da Câmara dos Deputados e para o fortalecimento da democracia no Brasil.

OBJETIVO

Colaborar para o aprimoramento da atuação institucional do Parlamento por meio da formação de profissionais em cursos de pós-graduação e da organização, da produção e da circulação de conhecimento específico da Câmara dos Deputados e do Poder Legislativo, em geral.

ÁREA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

Para cumprir sua missão, o Programa de Pós-Graduação oferece cursos lato e stricto sensu interligando diversas áreas do saber relacionadas às atividades do Legislativo. São áreas mais notoriamente abrangidas pelos cursos: Ciência Política, Direito, Administração Pública e Comunicação Social.

AÇÃO INSTITUCIONAL

O Programa de Pós-Graduação tem vinculação orgânico-institucional direta com o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, e mantém escopo de atuação consistente com as atribuições constitucionais da mantenedora, especificamente seus processos legislativos e administrativos. O foco é a formação superior de profissionais com habilidades e competências necessárias à análise crítica dos diversos aspectos do Poder Legislativo, capazes de apresentar contribuições para o aprimoramento das funções da Câmara dos Deputados e demais casas legislativas, sobretudo aquelas ligadas ao fortalecimento da democracia e do exercício da cidadania.

Em sua atuação pedagógica, o Programa possui orientação estratégica para os eixos de ensino, pesquisa e extensão, que constituem vertentes integradas e complementares de atuação. Oferece ampla gama de cursos de pós-graduação voltados ao público interno e à sociedade em geral. Apresenta forte atuação em pesquisa, por meio de Grupos de Pesquisa e Extensão que congregam docentes, discentes e pesquisadores internos e externos. É relevante, também, a atuação em publicações, especialmente por meio de periódico científico próprio, a revista E-Legis, classificada como Qualis B2 na área de Ciência Política e Relações Internacionais.

O Programa instala-se em edifício próprio do Cefor, que apresenta condições adequadas para realização de suas atividades e bom nível de acessibilidade universal. Compartilha sinergicamente dos recursos e instalações da Câmara dos Deputados, usufruindo dos espaços de atuação política e, especialmente, da biblioteca, que possui elevado nível de serviços e volumoso acervo.

PERSPECTIVA ESTRATÉGICA

A Coordenação de Pós-Graduação (Copos), responsável pelo Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, desenvolveu, em 2017, atividades de ensino, pesquisa e extensão em consonância com as diretrizes estabelecidas para o Ciclo de Gestão Estratégica 2012-2023, da Câmara dos Deputados, trazendo à reflexão questões relativas à agenda do Legislativo, aos anseios e à participação da sociedade, à transparência e fiscalização dos atos públicos, à qualidade das leis, à educação política e ao aperfeiçoamento da gestão.

Nesse contexto, o Programa de Pós-Graduação do Cefor, por suas características próprias, configura-se como espaço privilegiado de produção e disseminação do conhecimento inerente ao Poder Legislativo, atuando sistematicamente na educação legislativa continuada como um processo sequente de desenvolvimento pessoal e de preparação para o trabalho e para o exercício da cidadania. Essa perspectiva se reforçou em 2017 com o recredenciamento do Cefor, por 8 anos, como escola de governo para a oferta de cursos lato sensu nas modalidades presencial e a distância, com a elevação de 3 para 4 da nota de avaliação da Capes para o Mestrado Profissional em Poder Legislativo, e, também, com a ampliação das ações de parceria com escolas de governo como o Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, do Senado Federal, e o Instituto Serzedello Corrêa – ISC, do Tribunal de Contas da União – TCU.

Em 2017, merece destaque o acordo de cooperação firmado entre Câmara dos Deputados, Senado Federal, Tribunal de Contas da União e o Instituto Latino-

Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD), com a finalidade de promover o primeiro Curso de Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos, dirigido a servidores do Poder Legislativo e de outros órgãos públicos do país, com início previsto para abril de 2018, constituindo uma primeira ação de cunho pedagógico focada na reflexão crítica sobre formas de combate à criminalidade e às injustiças sociais.

Destacou-se, também, a edição da VIII Jornada de Pesquisa e Extensão, sob o tema "Legislativo, Executivo e Sociedade na Construção da Governança Pública", que contou com 137 inscritos e 26 trabalhos de pesquisa apresentados, tratando de questões relativas à representação política, presidencialismo de coalizão, gestão pública no Legislativo, controle da corrupção e outros. As jornadas têm se consolidado como um espaço de discussão de ideias a respeito do parlamento brasileiro, disseminando o conhecimento que é produzido no âmbito do Mestrado, das especializações e dos grupos de pesquisa da Câmara dos Deputados, bem como aquele produzido por outros órgãos parceiros e interessados, como o Senado Federal, a Universidade de Brasília e a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Sob a perspectiva estratégica, a atuação do Programa busca fortalecer a dimensão do ensino pela consolidação de práticas, manutenção de oferta regular e ampla divulgação dos cursos oferecidos. As ações de pesquisa e extensão têm foco na integração dos colaboradores do Programa com as redes externas de pesquisa e conhecimento, principalmente nas parcerias de pesquisa e colaboração em eventos, bancas de avaliação de trabalhos de conclusão e na produção científica conjunta. Merece destaque a elaboração conjunta de livro de artigos intitulado "O PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO EM MOVIMENTO: Mudança institucional no sistema político brasileiro", a ser lançado em 2018, como resultado da colaboração entre pesquisadores do Cefor e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG.

A seguir são apresentados os indicadores de desempenho relativos às três vertentes de atuação do Programa: ensino, pesquisa e extensão.

2. INDICADORES

ENSINO

Principais Indicadores

Quantidade de cursos (2005-2017)	33
- Cursos Lato Sensu	25
- Cursos Stricto Sensu	8
Alunos regulares (2005-2017)	852
Egressos (2005-2017)	707
Índice de evasão – Especialização (2005-2017)	8,4%
Índice de evasão – Mestrado (2013-2017)	10,6%
Professores com titulação mestre/doutor – Especialização – cursos próprios (2005-2017)	80%

A vertente do ensino corresponde à formação de profissionais altamente qualificados para aprofundar e complementar conhecimentos e competências necessárias ao domínio de funções definidas na sua atuação profissional, por meio de cursos de pós-graduação interligando diversas áreas do saber relacionadas às atividades do Legislativo. São áreas mais notoriamente abrangidas pelos cursos a Ciência Política, o Direito, a Administração Pública e a Comunicação Social.

Desde o início de suas atividades, em 2005, o Programa vem se estruturando no sentido de oferecer diversas oportunidades de educação legislativa em nível de pós-graduação. São realizados cursos *lato e stricto sensu*, que podem ser próprios, em parceria ou contratados, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1: Oferta de Cursos do Programa

Até o final de 2017 o Programa realizou 33 cursos, com entrada de 852 alunos regulares. Concluíram seus cursos com aprovação 707 alunos, incluindo 42 mestres formados no Mestrado Profissional em Poder Legislativo.

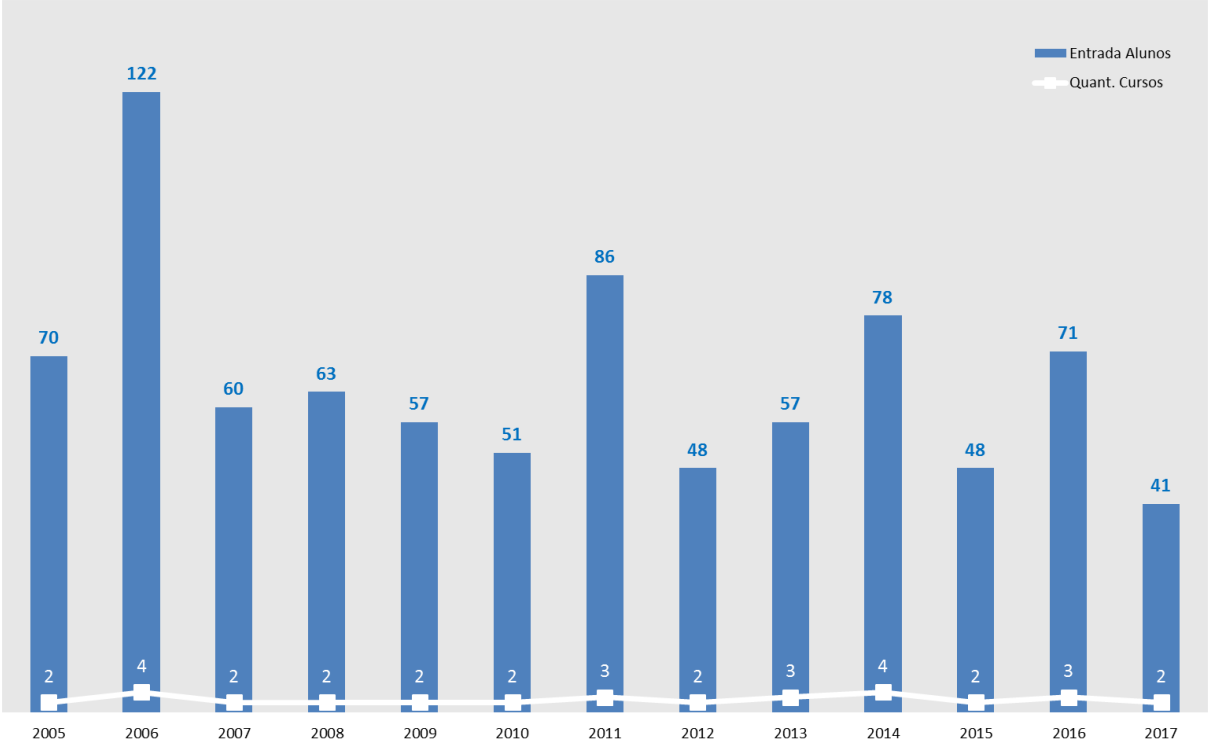
A Tabela 1 relaciona os cursos realizados e a quantidade de alunos regulares que ingressaram e que concluíram seus cursos.

Tabela 1: Cursos realizados pelo Programa, quantidade de alunos e de egressos 2005 - 2017

Curso	Regime	Quant. turmas	Quant.alunos regulares	Quant. egressos
Mestrado Profissional em Poder Legislativo **3 turmas em andamento*	Próprio	6	94	42
Especialização em Processo Legislativo (PL)	Próprio	6	178	170
Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo (IP)	Próprio	4	111	100
Especialização em Política e Representação Parlamentar (PRP)	Próprio	2	59	52
Especialização em Legislativo e Políticas Públicas (LPP)	Próprio	1	30	28
Especialização em Gestão Pública Legislativa (GPL)	Próprio	1	21	21
Especialização em Parlamento e Direito (PD) **1 turma em andamento*	Próprio	2	39	15
Especialização em Comunicação Política no Legislativo (CPL)	Próprio	1	30	27
MBA em Governança Legislativa *1 turma em andamento	Próprio	2	57	53
Especialização em Orçamento Público (OP)	Parceria	3	100	85
Especialização em Auditoria Interna e Controle Governamental (AICG)	Parceria	1	33	33
Especialização em Psicodinâmica do Trabalho	Contratado	1	25	25
Especialização em Contabilidade Pública	Contratado	1	30	26
Mestrado e Doutorado Interinstitucionais em Ciência Política - Iuperj	Contratado	1	30	30
Doutorado Interinstitucional em Ciência Política (Dinter) – IESP-UERJ **1 turma em andamento*	Contratado	1	15	-
Total		33	852	707

A evolução ao longo do tempo, tanto da quantidade de cursos realizados, quanto do número de alunos ingressantes, resultante da regularidade da oferta, demonstra que o Programa vem se consolidando no âmbito da Câmara dos Deputados e que possui atratividade para profissionais que atuam no Poder Legislativo, em outras instâncias de governo e para a sociedade em geral. O Gráfico 1 ilustra essa evolução no período 2005-2017.

Gráfico 1: Quantidade de alunos regulares matriculados e de cursos iniciados 2005-2017



No ano de 2017 o crescimento da quantidade de cursos e de alunos regulares matriculados foi de 5% e 6%, enquanto a de egressos foi da ordem de 12% em relação ao acumulado até 2016. A Tabela 2 mostra esses indicadores de evolução do Programa.

Tabela 2: Indicadores de evolução do Programa 2005 - 2017

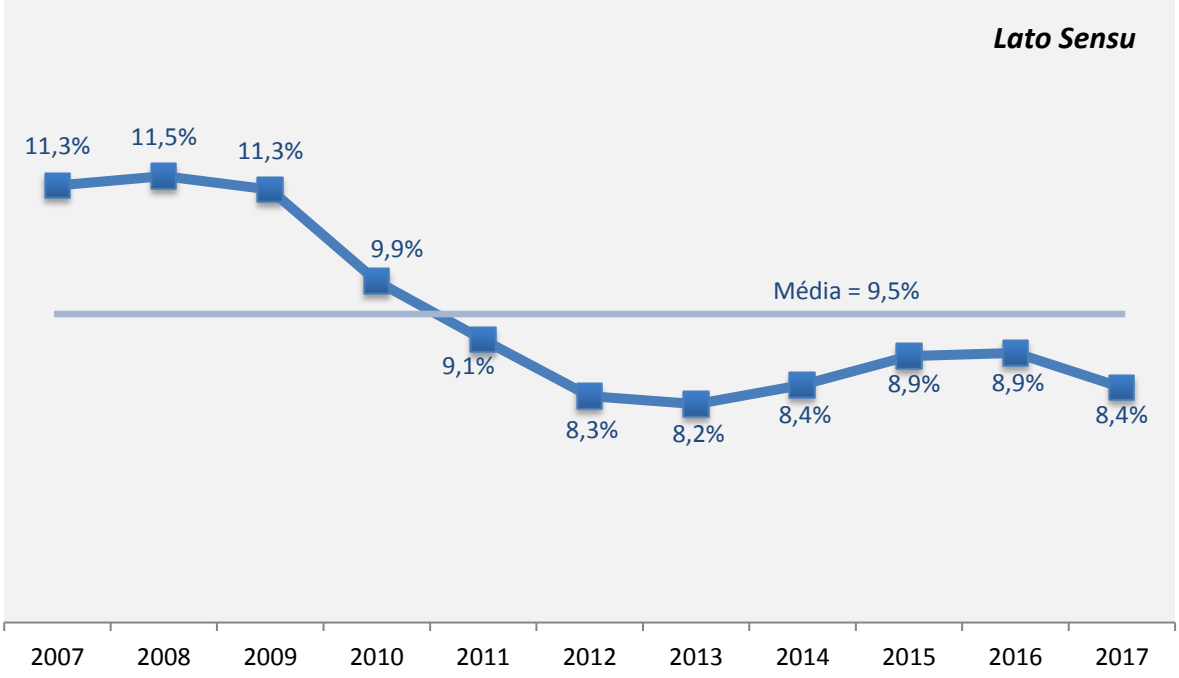
Indicadores	Até dez/2016	Até dez/2017	Variação %
Quantidade de cursos	31	33	6,5%
Quantidade de alunos regulares matriculados	811	852	5,1%
Quantidade de egressos	633	707	11,7%

ÍNDICE DE EVASÃO

O índice de evasão leva em consideração as desistências, desligamentos e reprovações dos alunos matriculados após iniciados os cursos.

Considerando alunos regulares de todos os cursos lato sensu (próprios e contratados), o índice de evasão vem se mantendo estável abaixo da média histórica do Programa, como pode ser verificado no Gráfico 2. A maior parcela dos casos de evasão nos cursos de especialização se dá por reprovação nas disciplinas ou no TCC.

Gráfico 2: Índice de evasão dos cursos lato sensu – alunos regulares 2007-2017



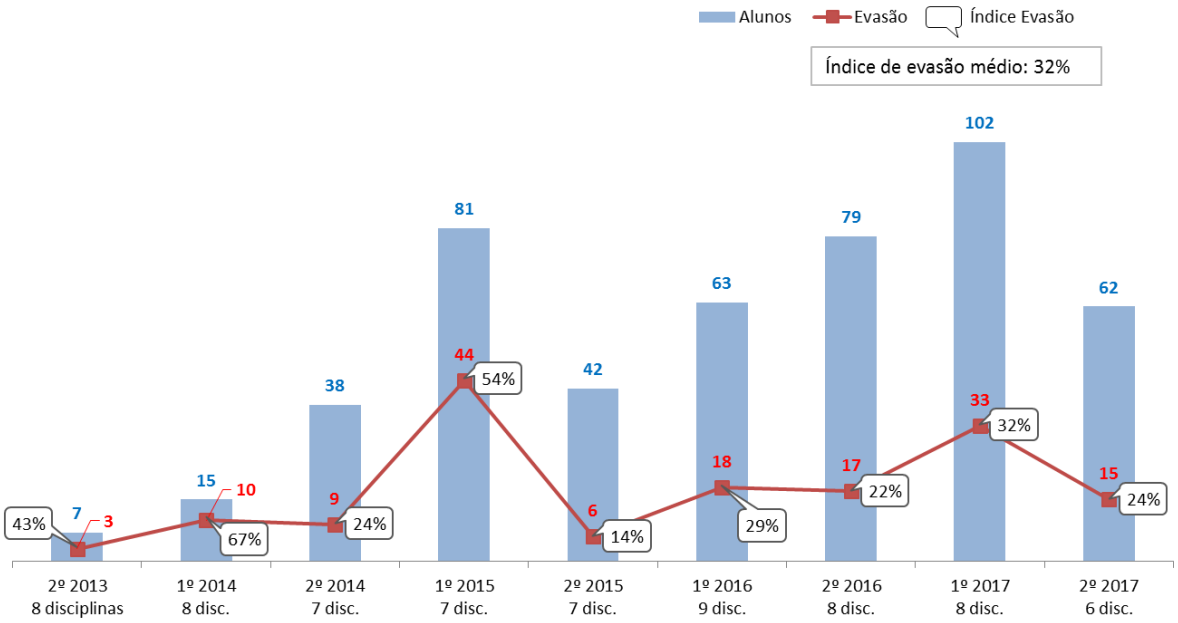
No Mestrado, o índice de evasão é de 10,6%, representado, principalmente, por alunos que abandonam o curso por iniciativa própria decorrente de incompatibilidade de tempo em relação às atividades do trabalho ou por reprovação em disciplinas. A Tabela 3 apresenta o fluxo de entradas, interrupções e conclusões de curso dos alunos regulares do Mestrado.

Tabela 3: Fluxo de alunos regulares do Mestrado 2013 - 2017

	2013		2014	2015	2016	2017	Consolidado
Entradas	12	15	16	18	12	21	94
Interrupções	1	2	4	3	0	0	10
Mestres	11	13	12	6	0	0	42
Ativos	0	0	0	9	12	21	42

Para o segmento específico de alunos especiais do Mestrado o índice de evasão é mais elevado, tendo em vista a característica mais fluida da relação desse público com o Programa. O índice médio é de 32% e apresenta grande variação ao longo dos semestres. Apesar da quantidade de evasões, essa modalidade de ingresso contribui para a dinamização do curso e possibilita que interessados em se tornar alunos regulares conheçam as propostas de ensino e pesquisa. O Gráfico 3 apresenta o histórico da quantidade de alunos e da evasão dos alunos especiais do Mestrado.

Gráfico 3: Quantidade de alunos especiais e evasão - Mestrado 2013-2017



ÍNDICE CANDIDATO/VAGA

Os cursos oferecidos pelo Programa são abertos à participação tanto de servidores da Câmara dos Deputados quanto de quaisquer interessados, mesmo que não possuam vínculo com instituições públicas ou privadas. As regras são definidas em edital específico para o processo seletivo de cada curso.

Lato Sensu

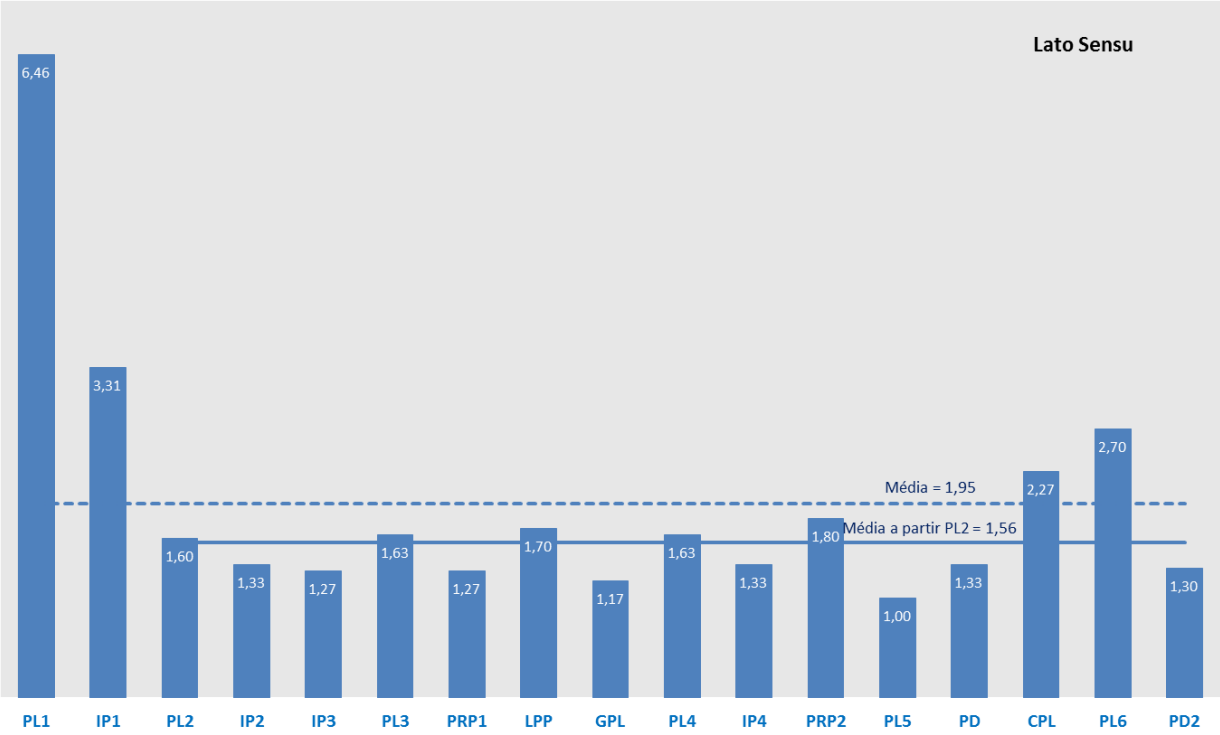
O resultado do índice relativo aos cursos de especialização próprios é apresentado no Gráfico 4, por ordem cronológica de oferta.

Ressalte-se que o valor médio (1,95) do Índice Candidato/Vaga referente aos cursos de especialização próprios está fortemente influenciado pela alta demanda na oferta das primeiras edições do Curso de Especialização em Processo Legislativo (PL) e do Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo (IP), procura que não se repetiu nas edições posteriores dos demais cursos. Essa média está representada como linha tracejada no Gráfico 4.

O valor médio do índice a partir do curso PL2 (1,56) representa o comportamento característico dos cursos de especialização próprios realizados pelo Programa, desconsiderando os índices elevados das primeiras edições dos cursos PL e IP. Esse índice médio está representado como linha cheia no Gráfico 4.

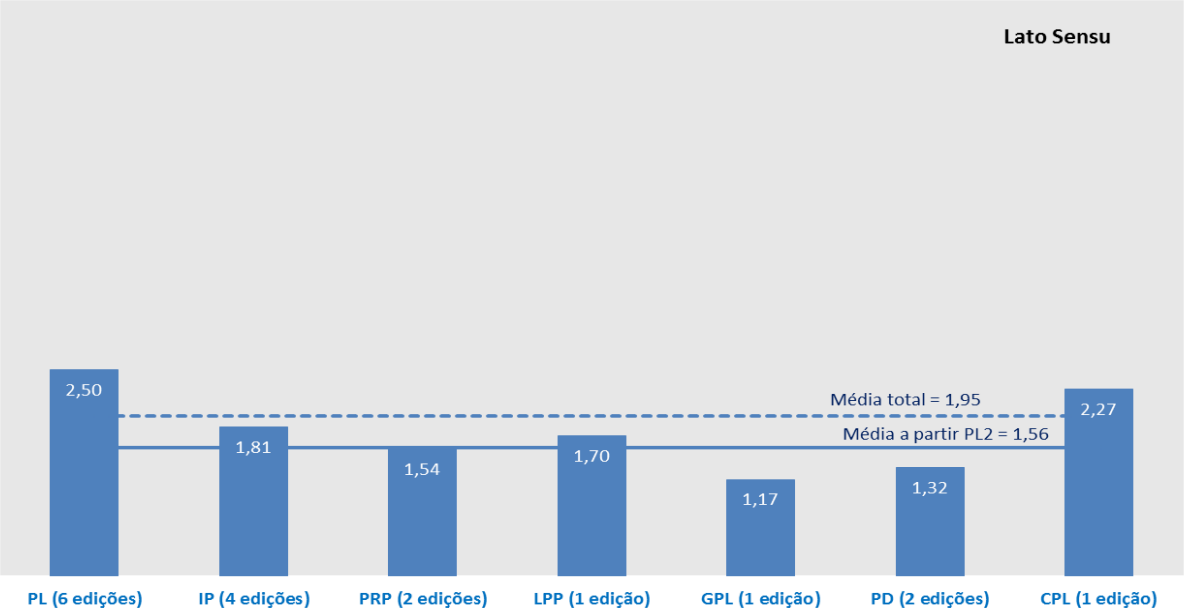
Mantendo a tendência apontada pelo Curso de Especialização em Comunicação Política no Legislativo (CPL), o índice alcançado pela 6ª edição do Curso de Especialização em Processo Legislativo (PL6), que teve início em 2016, foi o mais alto desde as primeiras edições dos cursos PL e IP, que iniciaram em 2005.

Gráfico 4: Índice Candidato/Vaga dos cursos de especialização próprios
2005 - 2017



O Gráfico 5 apresenta o Índice Candidato/Vaga médio agrupado por família de cursos de especialização próprios do Programa. Novamente, os cursos PL e IP têm índices fortemente influenciados pela alta demanda na oferta das primeiras edições, procura que não se repetiu nas edições posteriores. O curso CPL tem índice de 2,27, destacando-se dos demais, apesar de ter sido realizada apenas uma edição.

Gráfico 5: Índice Candidato/Vaga por família dos cursos de especialização próprios
2005 - 2017

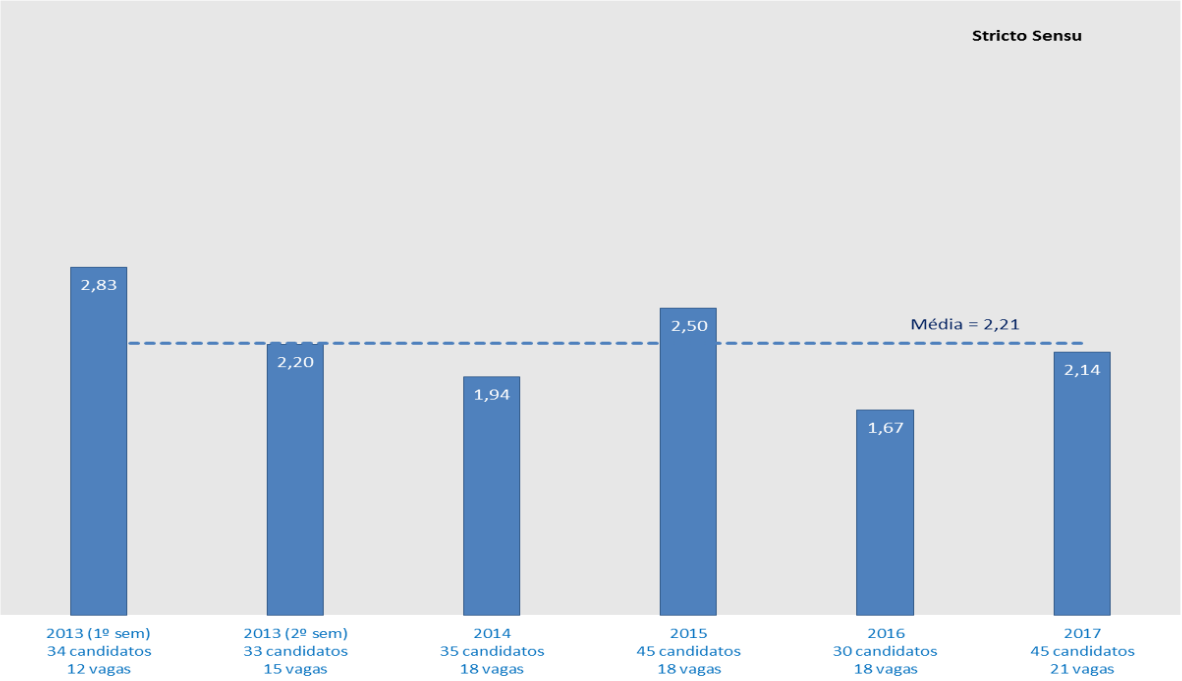


Stricto Sensu

Em 2017 o Índice Candidato/Vaga do Mestrado voltou a se aproximar do índice médio, apesar da ampliação da quantidade de vagas. Apresentaram-se 45 candidatos, igualando à maior quantidade verificada em 2015.

O resultado do índice relativo ao Mestrado é apresentado no Gráfico 6, por ordem cronológica de oferta das turmas.

Gráfico 6: Índice Candidato/Vaga do Mestrado
2013 - 2017



PERFIL DOS ALUNOS

Pequena maioria dos alunos regulares dos cursos do Programa continua sendo do sexo masculino (54%), situação que permaneceu inalterada em relação aos anos anteriores.

A idade média das turmas em 2017 é de 38,6 anos, alinhando-se ao padrão dos anos anteriores. Em 2013, a idade média subiu para 41 anos e caracterizou um pico, decorrente da entrada de duas turmas de alunos do Mestrado, caindo desde então.

A maior parte dos alunos é servidor da Câmara dos Deputados (80%), participação que experimentou crescimento nos anos anteriores e se estabilizou nos últimos quatro anos.

Os Gráficos 7 e 8 demonstram a evolução desses indicadores no período 2012 a 2017.

Gráfico 7: Idade média das turmas 2012-2017

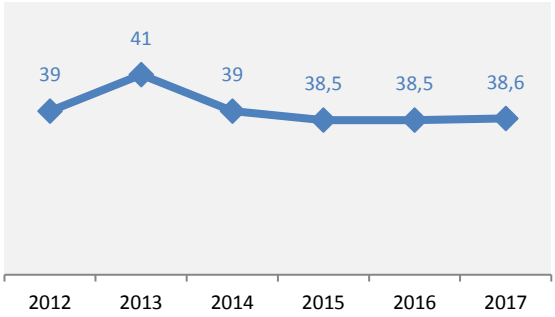
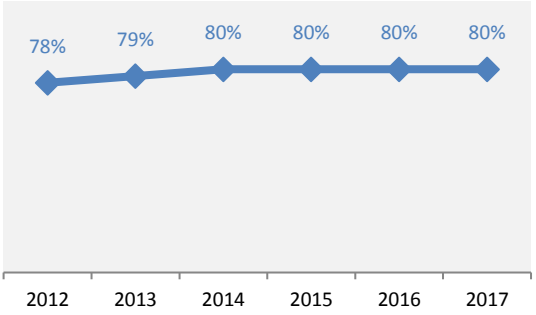
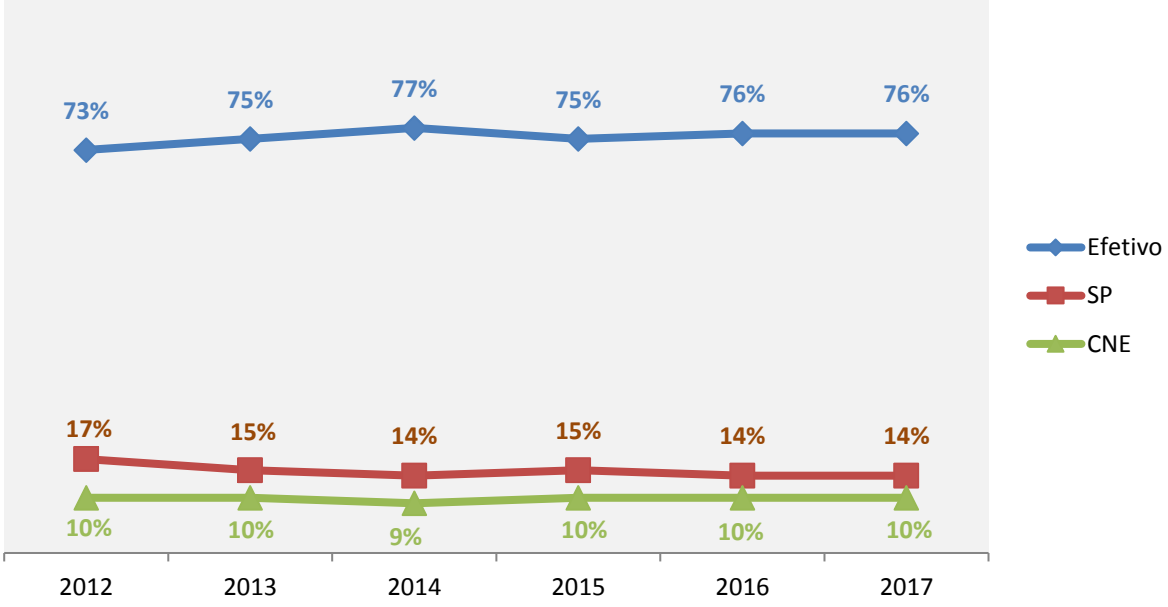


Gráfico 8: Participação de servidores da CD nas turmas 2012-2017



Dentre os alunos servidores da Câmara dos Deputados, 76% são Servidores Efetivos. Os demais são cargos de livre provimento, sendo 14% Secretários Parlamentares (SPs) e 10% ocupantes de Cargo de Natureza Especial (CNE). Ao longo dos últimos anos a participação de Servidores Efetivos despontou em ligeiro crescimento decorrente da realização de turmas fechadas de cursos contratados junto à UnB (Psicodinâmica do Trabalho e Contabilidade Pública). Nesses cursos não houve participação de Secretários Parlamentares e CNEs. No ano de 2014 essa tendência se manteve devido à realização do MBA em Governança Legislativa, cuja turma foi composta exclusivamente de Servidores Efetivos. No ano de 2015 houve ligeiro crescimento da participação de SPs e CNEs decorrente do início do Curso de Especialização em Comunicação Política no Legislativo (CPL), com expressiva participação desses segmentos. Desde então a representatividade dos segmentos dos servidores da Câmara dos Deputados vem se mantendo estável. O Gráfico 9 apresenta esse histórico.

Gráfico 9: Participação de Servidores Efetivos, SPs e CNEs
2012-2017



Os alunos externos pertenciam, principalmente, às instituições que mantinham acordo de cooperação com a Câmara dos Deputados quando da realização dos cursos, tais como: Advocacia Geral da União (AGU), Câmara Legislativa do DF (CLDF), Controladoria Geral da União (CGU), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Senado Federal (SF) e Tribunal de Contas da União (TCU). Há participação de alunos de entidades representativas, como a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), a Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade (Abralatas), a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Confederação Nacional do Comércio (CNC), o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) e a Federação das Indústrias do Estado de SP (Fiesp). Como os cursos são abertos à comunidade, há presença de alunos ligados a diversas instituições, como a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Defensoria Pública da União, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), a Polícia Militar do Estado de Goiás, a Secretaria de Educação do DF, a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e a Universidade de Brasília (UnB), bem como de alunos de empresas privadas, partidos politicos ou sem vínculo empregatício.

A média de tempo de trabalho dos alunos nas suas respectivas instituições vem decrescendo. Em 2013 era de 9,5 anos, caiu em 2014 para 8,2 anos, e mais ainda em 2015, para 8 anos, mantendo-se nesse patamar em 2016. Em 2017 caiu mais um pouco, para 7,9 anos. As turmas que iniciaram em 2017 têm média variável: a sexta turma do Mestrado tem média relativamente baixa, de 6,5 anos, enquanto a 2ª turma do Curso de Especialização em Parlamento e Direito (PD 2ª edição) tem média de 7,7 anos.

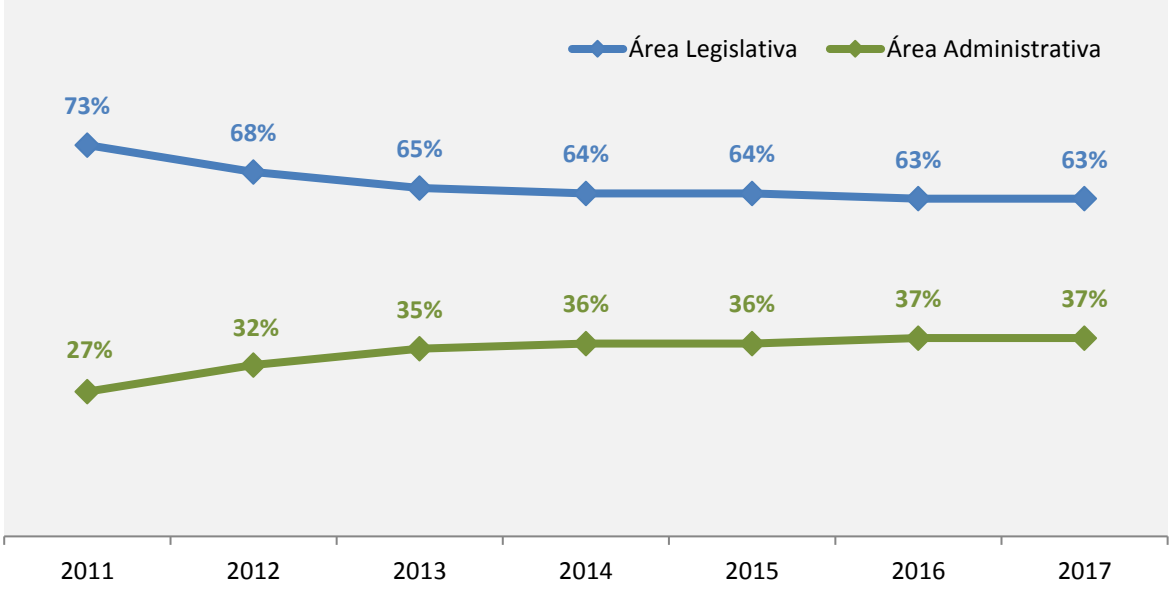
Na Câmara dos Deputados, a maioria dos alunos (63%) atuava na área legislativa, que reúne as unidades ligadas à Mesa Diretora da Casa e à Secretaria-Geral da Mesa. Esses alunos estavam ligados a órgãos como Lideranças, Gabinetes Parlamentares, nas diversas comissões ligadas ao Departamento de Comissões

(Decom), no Centro de Documentação e Informação (Cedi), na Consultoria Legislativa, nos órgãos da Mesa Diretora, na Secretaria-Geral da Mesa (SGM), entre outros.

Já os alunos da área administrativa (37%), que reúne as unidades ligadas à Diretoria-Geral da Casa, estavam lotados no Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade (Defin), no Departamento de Pessoal (Depes), no Departamento Médico (Demed), na Secretaria de Comunicação Social (Secom), no Centro de Informática (Cenin), entre outros. A Tabela 11, mais adiante, apresenta as áreas da Casa atendidas pelos cursos do Programa.

Conforme apresentado no Gráfico 10, o atendimento a alunos oriundos da área administrativa da Casa se ampliou nos últimos anos, reduzindo a diferença em relação à área legislativa. Esse movimento decorre da oferta de cursos com turmas fechadas para órgãos como Diretoria de Recursos Humanos (DRH), Demed e Depes – caso do Curso de Especialização em Psicodinâmica do Trabalho – e para órgãos como Defin, Secretaria de Controle Interno (Secin) e Departamento de Material e Patrimônio (Demap) – caso do Curso de Especialização em Contabilidade Pública. Além disso, entre 2014 e 2017 foram ofertadas duas turmas do MBA em Governança Legislativa, no qual a maior parte dos alunos era da área administrativa.

Gráfico 10: Lotação dos servidores da CD nas turmas 2011 – 2017



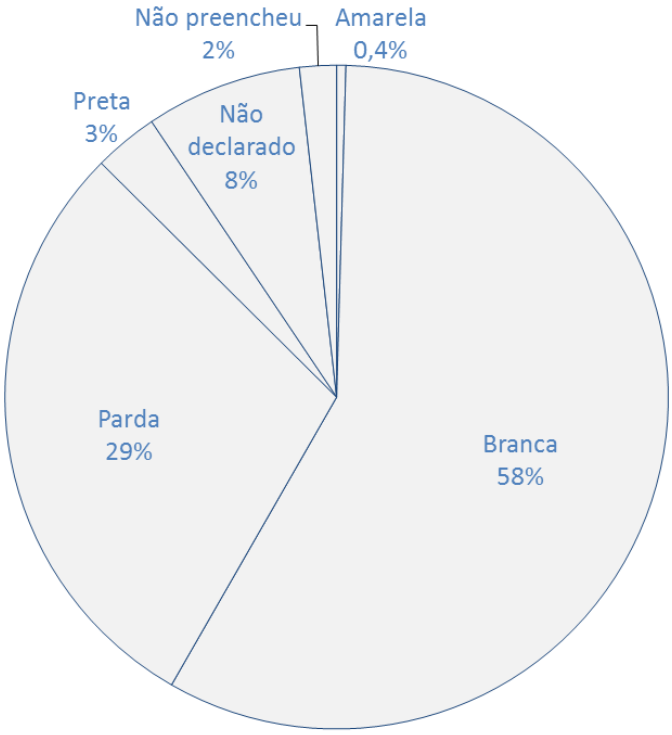
O Programa atende a alunos com formação diversificada. Os cursos de graduação mais informados são Direito, Administração, Jornalismo, Contabilidade, Economia, Engenharia e Letras. Parcela correspondente a 14% dos alunos informaram possuir mais de um curso de graduação. A quantidade de alunos que já possuiam título de especialização chegou a 36%, enquanto que 6% já tinham mestrado, demonstrando a atratividade do Programa a indivíduos com formação qualificada. A Tabela 4 apresenta a evolução desses dados no período 2012 (data anterior ao início do Mestrado) a 2017.

Tabela 4: Nível de formação dos alunos
2012 – 2017

Indicadores	Até dez/2012	Até dez/2016	Até dez/2017
Alunos com mais de uma graduação	12%	13%	14%
Alunos com especialização	26%	35%	36%
Alunos com mestrado	6%	6%	6%
Alunos com doutorado	-	1%	1%

A partir de 2014 o Programa passou a solicitar a autodeclaração de raça/cor aos alunos ingressantes que se dispuserem a fornecer essa informação, como ação inserida no Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Câmara dos Deputados. Conforme mostrado no Gráfico 11, a maior parcela dos alunos se declara como branco ou pardo. Não houve registro de autodeclaração como indígena.

Gráfico 11: Autodeclaração de raça/cor
2014 – 2017



PERFIL DOS PROFESSORES

Os professores do Programa são, em grande parte, servidores da Câmara dos Deputados que possuem experiência profissional e formação avançada na sua área de atuação. Adicionalmente, o Programa conta com professores externos, oriundos de instituições de ensino e outros órgãos públicos.

Nos cursos próprios, tanto em nível lato sensu quanto stricto sensu, exatamente 100 professores ministraram aulas até o final de 2017. Esse número representa crescimento de 4% em relação à quantidade de professores até o final de 2016, que era de 96 docentes, e significa incremento um pouco inferior à média verificada nos últimos anos, que era de 8%.

O Mestrado Profissional em Poder Legislativo possui quadro de 22 professores, sendo 19 permanentes e 3 colaboradores que ingressaram por meio de processo seletivo. Todos são servidores efetivos da Câmara dos Deputados e possuem titulação de doutor em diversas áreas, tais como Administração, Ciência Política, Ciências da Informação, Filosofia, Sociologia, Engenharia e Direito. O conjunto de professores do Mestrado apresenta qualificação coerente com o que é exigido pela Capes, qual seja, corpo docente que combine formação de bom nível com forte expertise profissional e técnica além de inserção na área de atuação.

No grupo de professores dos cursos de especialização, 79 (81%) são servidores da Câmara dos Deputados e 18 (19%) de outras instituições. Dos professores da Casa, 96% são servidores efetivos e o restante são CNEs (3%) e Secretários Parlamentares (1%). Os professores de outras instituições que atuam nos cursos de especialização são, em sua maioria, oriundos da UnB, Senado, TCU, Unieuro e do Uniceub.

O Programa valoriza professores que tenham titulação avançada em suas áreas de atuação. Assim, conforme ilustra a Tabela 5, a participação de professores com titulação de mestre e doutor chega a 80% nos cursos próprios de especialização, superando a exigência do MEC para a modalidade lato sensu que é de, pelo menos, 50% de professores com titulação.

Tabela 5: Titulação dos professores dos cursos de especialização
2005 – 2017

Professores da Especialização	Quant.	%	
Doutor	39	40%	80%
Mestre	39	40%	
Especialista	19	20%	

De forma semelhante aos alunos, também os professores dos cursos de especialização possuem formação diversificada. As áreas de titulação mais informadas são Ciência Política, Direito, Sociologia, Administração, Economia, Educação, História e Filosofia entre outras. Destaca-se a atuação de professores que obtiveram especialização em cursos próprios do Programa, especificamente no Mestrado Profissional em Poder Legislativo (2 docentes), no Curso de Especialização em Processo Legislativo – PL (5 docentes) e no Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo – IP (4 docentes).

ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE (IQCD)

O IQCD é um indicador de desempenho adotado em instituições de ensino superior que retrata a maior ou menor quantidade de professores com titulação de mestrado e doutorado. Relaciona a qualidade do ensino com o volume de pesquisas, pois pressupõe que, quanto maior a quantidade de professores com titulação de mestre ou doutor, maior quantidade e melhor qualidade terão as pesquisas realizadas na instituição.

O IQCD é utilizado nos estudos de avaliação do ensino superior. Seu valor varia de 1, quando todos os professores possuem apenas graduação, até 5, situação em que todos os docentes são doutores. O indicador é calculado por meio da expressão matemática abaixo, de acordo com as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) para o cálculo dos indicadores de gestão (Decisão nº 408/2002 - PLENÁRIO e ACÓRDÃOS nº 1046/2006 e nº 2167/2006 - Plenário TCU):

$$IQCD = 5D+3M+2E+G \ / \ D+M+E+G$$

onde:

D = nº de professores com doutorado;
M = nº de professores com mestrado;
E = nº de professores com especialização;
G = nº de professores apenas graduados.

Dessa forma, o IQCD se refere à média ponderada da capacitação docente obtida através dos seguintes pesos: Doutorado (D) peso 5, Mestrado (M) peso 3, Especialização (E) peso 2 e Graduação (G) peso 1.

O IQCD relativo ao Mestrado Profissional em Poder Legislativo alcança o valor de 5, visto que todos os docentes possuem Doutorado.

O índice referente aos cursos de especialização próprios é 3,6, repetindo o valor dos anos anteriores. Já o IQCD relativo ao Programa (ponderando-se o do Mestrado e o dos cursos de especialização) elevou-se para 3,9, tendo em vista a entrada de professores colaboradores do Mestrado (todos doutores). A Tabela 6 apresenta a evolução do IQCD para os dois níveis de ensino (lato sensu e stricto sensu) e para o Programa de Pós-Graduação.

Tabela 6: Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)

Nível	2015	2016	2017
Lato Sensu (Especialização)	3,6	3,6	3,6
Stricto Sensu (Mestrado)	5,0	5,0	5,0
Programa (Especialização e Mestrado)	3,65	3,65	3,9

PESQUISA

Principais Indicadores

Grupos de Pesquisa e Extensão - GPEs (2017)	38
Pesquisadores membros dos GPEs (2017)	194
Pesquisadores externos nos GPEs (2017)	33
Edições da Revista E-Legis (2008-2017)	24
Artigos publicados na Revista E-Legis (2008-2017)	173
Quantidade de downloads de artigos da Revista E-Legis (2008-2015)	116.857
Público atendido pelas ações do Cefor junto ao público externo (2017)	1.662
Eventos realizados pelo Programa (2017)	14
Público nos eventos (2017)	538

A vertente da pesquisa consiste em estimular a reflexão, a criação e a sistematização de conhecimento técnico especializado de docentes e discentes no campo do Poder Legislativo, principalmente por meio de pesquisas realizadas a partir dos Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs).

GRUPOS DE PESQUISA E EXTENSÃO

Os GPEs têm como objetivo levantar dificuldades relacionadas a questões próprias do Poder Legislativo e, em consequência, propor soluções e novos horizontes em um processo de análise e organização dos conhecimentos inerentes à função legislativa.

Para tanto, o Programa estabeleceu regras e estratégias no sentido de estimular a participação de alunos, egressos, docentes, servidores em geral e pesquisadores de outras instituições em pesquisa relacionadas aos assuntos próprios do Poder Legislativo. Em consonância com o programa de Mestrado, as pesquisas são aderentes às seguintes linhas: a) Gestão Pública Legislativa; b) Processos Políticos do Poder Legislativo e c) Política Institucional do Poder Legislativo.

Desde a implantação dos GPEs, em 2006, foram produzidos cerca de 240 trabalhos, entre artigos científicos, apresentações em eventos, monografias, dissertações, teses, livros e capítulos. Os temas mais abordados são: processo legislativo, representação e comunicação política, orçamento público, discurso político, gestão da informação e de pessoas e políticas públicas.

Nos últimos anos, a coordenação vem dando ênfase à constituição de GPEs que funcionem efetivamente, por meio da inclusão, no edital de seleção de novos grupos, do compromisso formal com a produção intelectual e da obrigatoriedade de

participação nas Jornadas de Pesquisa e Extensão. Esse movimento tem criado processo de seleção natural dos grupos compromissados com a efetividade das pesquisas.

O ano de 2017 encerrou com 38 GPEs em funcionamento e 194 pesquisadores membros. O histórico de composição dos GPEs revela uma quantidade de 6 a 9 grupos em funcionamento e de 28 a 42 participantes entre 2006, ano em que se iniciaram, e 2009. A partir de 2010, essas quantidades se elevaram, como demonstrado nos Gráficos 12 e 13.

Gráfico 12: Quantidade de GPEs
2010 - 2017

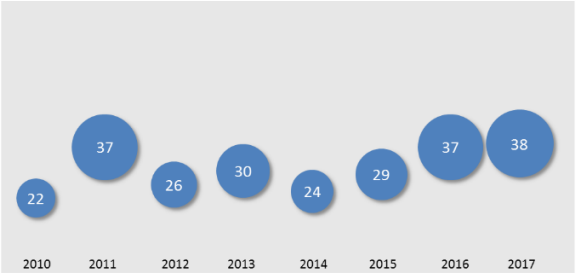
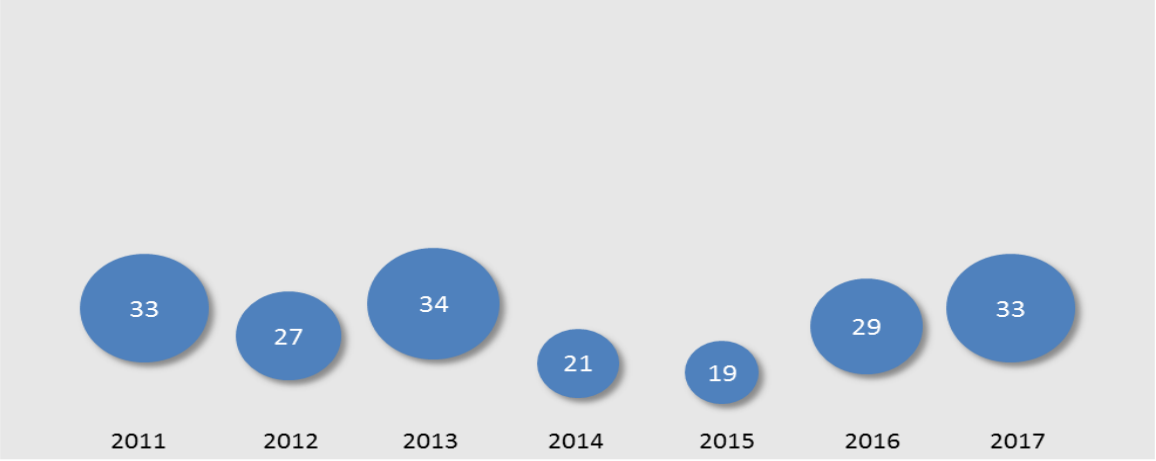


Gráfico 13: Quantidade de membros dos GPEs
2010 - 2017

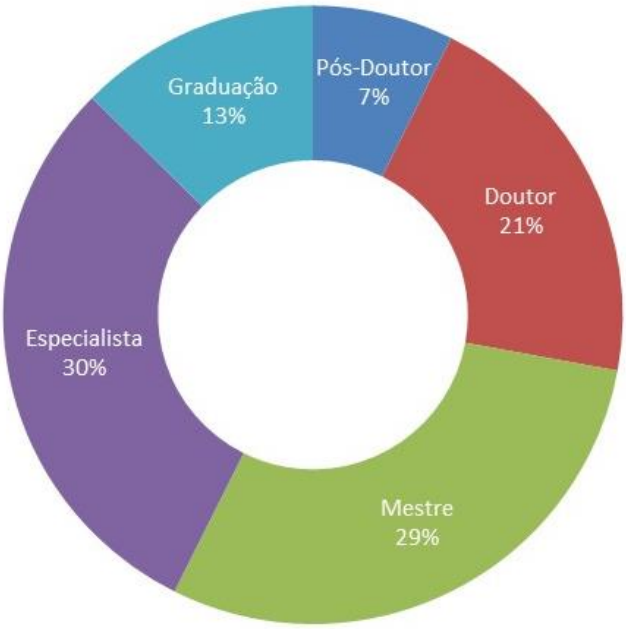
Ainda em relação aos anos anteriores, manteve-se a pluralidade de integrantes, com crescimento da quantidade de pesquisadores externos, conforme demonstrado no Gráfico 14. Além da importante participação de pesquisadores oriundos da Câmara dos Deputados, há 33 membros externos, ligados às seguintes instituições: Senado Federal, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Tribunal de Contas de Minas Gerais, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério da Justiça, Ministério da Defesa, TRF 1ª região, Universidade de Brasília, Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Minas Gerais, University of Leeds (UK), Luther College (EUA) e Duke University (EUA).

Gráfico 14: Quantidade de membros externos
2011 - 2017



Os membros possuem formação em várias áreas do conhecimento. A proporção de mestres, doutores e pós-doutores representa 56% do total de participantes. O Gráfico 15 detalha essa distribuição.

Gráfico 15: Titulação dos membros dos GPEs 2017



EXTENSÃO

A extensão objetiva atingir mais diretamente a sociedade. Consiste na edição de publicações como forma de estímulo à difusão do conhecimento legislativo, oportunidades de educação legislativa (focadas quase na totalidade no público externo) e eventos de disseminação científica para a comunidade interessada.

Visando a divulgação dos trabalhos produzidos no Programa de Pós-Graduação, em ação conjunta com o Centro de Documentação e Informação (Cedi) da Câmara dos Deputados, todos os arquivos de monografias, dissertações e teses recebidos dos alunos que completam os cursos são depositados na Biblioteca Digital. Lá, são publicados segundo as normas de direito autoral e em conformidade com os padrões de apresentação de trabalhos científicos, formando o banco de trabalhos de conclusão de curso.

REVISTA ELETRÔNICA E-LEGIS

Quanto às publicações, destaca-se a Revista eletrônica E-Legis (ISSN: 2175-0688), publicada desde 2008, em que são divulgados resultados de pesquisa voltados para temas relevantes sobre o Legislativo. A revista é aberta para submissões de trabalhos de autores interessados nas questões do Poder Legislativo, consequentemente dando espaço para trabalhos, artigos e relatos de pesquisas produzidos por alunos, professores e pesquisadores vinculados aos cursos e aos grupos de pesquisa e extensão da Câmara dos Deputados.

Os objetivos da E-Legis compreendem o estímulo à circulação de ideias e incentivo ao debate de temas ligados às linhas temáticas do Programa, a contribuição para o enriquecimento do processo de produção e a disseminação de conhecimento próprio do Poder Legislativo, tornando-se um dos veículos privilegiados de divulgação de estudos e pesquisas realizados na área.

A E-Legis é publicada quadrimestralmente (desde 2013) e oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização do conhecimento.

No sistema de avaliação adotado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), denominado Qualis, a Revista E-Legis é classificada no estrato B2 na área de Ciência Política e Relações Internacionais. Essa qualificação reforça a relevância da Revista e gera a perspectiva de ampliar seu reconhecimento pela comunidade científica.

A E-Legis está indexada na base de dados Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal), que é um sistema de informação dedicado ao registro e difusão de revistas acadêmicas editadas nos países ibero-americanos. Está em processo de aceitação nas bases de dados Redalyc (Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal), Clase (Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades) e Doaj (Directory of Open Access Journals). Também vem empreendendo ações visando sua indexação na base de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online).

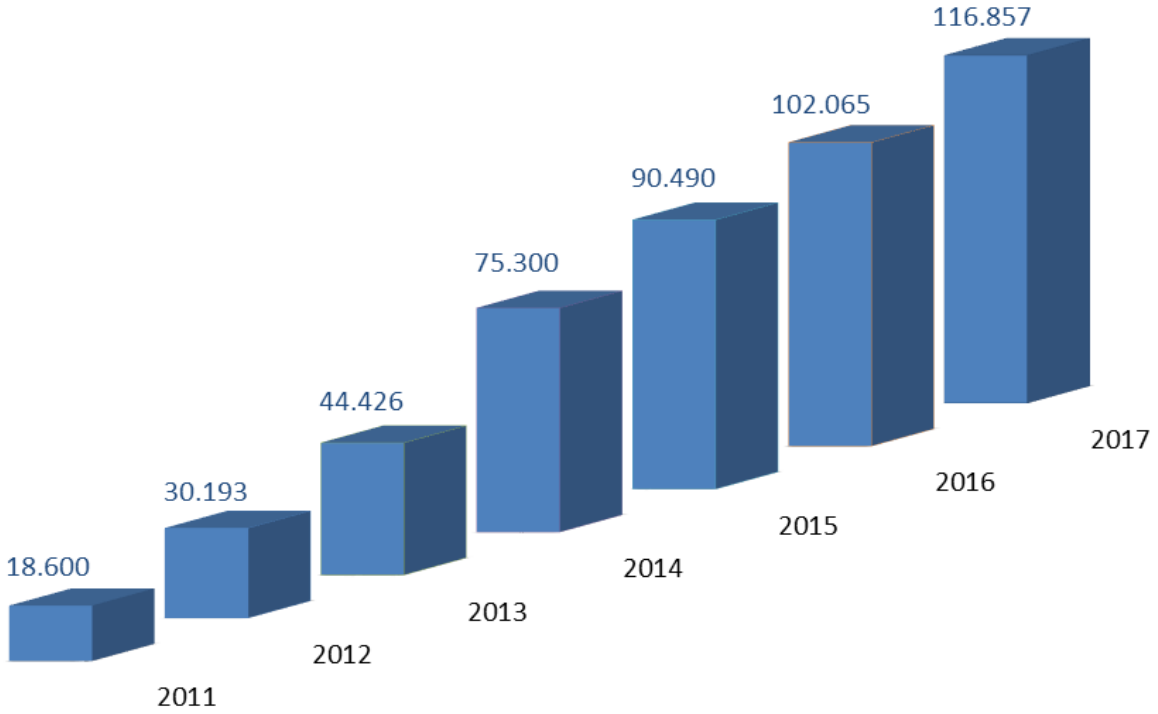
Em 2017 a Revista eletrônica E-Legis alcançou seu 24º número, além de publicar uma edição especial, chegando ao total de 173 artigos e 116.857 downloads acumulados.

Desde 2011, ano em que se iniciou a avaliação de impacto da Revista, a quantidade de downloads teve evolução de mais de seis vezes. A evolução ano a ano foi mais significativa em 2014 e, desde então, vem demonstrando maior estabilização. A Tabela 7 e o Gráfico 16 demonstram esses dados.

Tabela 7: Evolução da quantidade de downloads de artigos da E-Legis 2011 - 2017

Ano	Quant. de edições no ano	Quant. de downloads acumulado	Evolução percentual ano a ano	Evolução percentual acumulada
2011	2	18.600	-	-
2012	2	30.193	62%	62%
2013	3	44.426	47%	239%
2014	3	75.300	69%	405%
2015	3	90.490	20%	487%
2016	3	102.065	13%	549%
2017	4	116.857	14%	628%

Gráfico 16: Quantidade de downloads de artigos da E-Legis
2011 - 2017



PRODUÇÃO INTELECTUAL DOS PROFESSORES E ALUNOS DO MESTRADO

Um dos indicadores que mais bem dimensiona a consistência acadêmica de uma instituição é a produção intelectual qualificada, publicada em veículos científicos cujo valor e seriedade sejam reconhecidos no meio acadêmico. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação, acompanha essa produção como um dos indicadores de qualidade dos programas de Mestrado Profissional.

Em relação ao corpo docente, a orientação é que deve apresentar produção científica regular, sendo formada por publicações em periódicos Qualis, livros ou capítulos científicos, bem como produção técnica correspondente à atividade desenvolvida no curso, como relatórios técnicos, diagnósticos, estudos de caso e produtos técnicos resultantes de atividades de monitoramento e avaliação da implementação e do resultado de políticas e formulação de alternativas e propostas inovadoras.

Especificamente como diretriz da área de conhecimento Ciência Política e Relações Internacionais da Capes, área em que se vincula o Mestrado Profissional em Poder Legislativo do Cefor, está a produção de qualidade, medida pela publicação per capita de artigos em periódicos classificados como A1, A2 e B1 no Qualis, bem como a dispersão dessa produção qualificada entre o corpo de professores.

Como exemplos da produção do corpo de professores permanentes e colaboradores do Mestrado durante o ano de 2017, foram registrados 22 artigos em periódicos científicos. Entre esses artigos, há o relevante registro de 8 artigos de 3 professores em periódicos classificados como A1, A2 e B1 no Qualis, na área de Ciência Política e Relações Internacionais, com impacto positivo para o Programa na avaliação da Capes.

Além disso, os professores produziram 7 livros ou capítulos e 21 trabalhos em anais de congressos.

A produção técnica, que tem como característica a de possuir aplicabilidade mais direta junto à sociedade, foi relevante. Os docentes produziram, em 2017, 101 trabalhos, entre serviços técnicos, editorias, programas de rádio e TV, relatórios de pesquisa, organização de eventos, cursos de curta duração, elaboração de material didático, entre outros.

Também os alunos do Mestrado são estimulados a produzir, com supervisão de seus orientadores. No ano de 2017 foi registrada a publicação de 2 artigos de autoria conjunta de aluno com seu orientador em periódico científico (classificação Qualis B1).

AÇÕES DO CEFOR JUNTO AO PÚBLICO EXTERNO

O Cefor, por meio da sua Coordenação de Educação para a Democracia, desenvolve uma série de atividades com perfil extensionista. Os diversos programas listados abaixo atenderam a um total de 1.662 participantes em 2017.

- Estágio Cidadão: destinado aos universitários que fazem estágio na Câmara dos Deputados, seu objetivo é propiciar aos estagiários a oportunidade de adquirir conhecimentos sobre o papel do Legislativo e desenvolver atitudes positivas com relação ao exercício da cidadania ativa. Em 2017 foram 55 participantes.

- Estágio-Visita de Curta Duração: o programa possui a duração de uma semana e tem por objetivo proporcionar a estudantes universitários de diversos estados da federação informações acerca da Câmara dos Deputados e do Poder Legislativo. Em 2017 foram realizadas 10 edições, no total de 654 participantes.

- Missão Pedagógica no Parlamento: programa de capacitação destinado a professores de escolas públicas de todo o país com o objetivo de fornecer a estes profissionais subsídios didáticos que contribuam para a inserção de temas relativos à democracia e à cidadania no cotidiano escolar. Em 2017, 361 professores participaram de um curso a distância de 30h. Desses, foram selecionados 59 que participaram de uma formação presencial de 40 horas e, ainda, de uma etapa em que implementam, de forma orientada, projetos pedagógicos de intervenção em suas comunidades escolares, com duração de 50h.

- A Escola na Câmara: destinado a estudantes do nível médio, o objetivo do evento é aproximar os jovens da Câmara dos Deputados, propiciando o conhecimento da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo, despertando-os para a reflexão crítica e para a participação política. Em 2017 foram 215 participantes.

- Parlamento Jovem Brasileiro: programa promovido em parceria com a Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, com o objetivo de propiciar a estudantes do nível médio de todos os estados brasileiros a vivência do processo político e democrático mediante participação em uma jornada parlamentar de uma semana, com diplomação, posse e exercício de mandato legislativo. Em 2017 foram 78 participantes.

- Oficina de Atuação no Parlamento: destinado a grupos de voluntários, associações comunitárias, ONGs e OSCIPs com uma programação de 3 dias. Tem o objetivo de fornecer aos alunos as ferramentas para acompanhar e participar do processo de elaboração de leis, mediante a oferta de conhecimentos fundamentais sobre a relação entre Estado e sociedade (cidadania), com foco na participação e na

organização comunitárias; bem como de informações e canais de comunicação da Câmara dos Deputados à população. Trata-se de programa permanente que, circunstancialmente, não foi realizado em 2017.

- Atendimento a Escolas e Universidade na Câmara: objetiva atender às demandas de instituições de ensino superior que possuem interesse em realizar visitas à Câmara dos Deputados com seus estudantes. Em geral, tais ações incluem aulas dialogadas, debates e visita institucional, com carga horária de 4 a 8 horas de duração. Em 2017 foram 124 participantes.

- Estágio Participação: destina-se a estudantes universitários de todo o país e a cada edição aborda um dos principais temas em discussão no Parlamento. Tem como objetivo estimular a participação democrática e cidadã de universitários por meio de atividades que propiciem conhecimento sobre o Poder Legislativo. Cada missão envolve a produção, pelos próprios participantes, de conteúdos em meio digital que devem ser postados em suas redes sociais. Em 2017 foram realizadas 5 edições com a participação de 175 estudantes.

EVENTOS

Com o objetivo de ampliar a inserção nacional e internacional do Programa, estratégia valorizada pela área de Ciência Política e Relações Internacionais da Capes, foram mantidos e intensificados os contatos com instituições nacionais e do exterior e, mais diretamente, com professores de reconhecida produção na área.

Essas iniciativas vêm resultando na realização de eventos com participação de professores em visita ao Cefor, como palestras, minicursos, debates e outros do gênero. São oferecidas ao público do Programa oportunidades de contato direto com pesquisadores renomados para a troca de experiências e conhecimentos.

No contexto de internacionalização, o Programa realizou, em parceria com a Assessoria de Projetos e Gestão (Aproge) da Câmara dos Deputados, a promoção de eventos acadêmicos com a presença de professores de universidades do Reino Unido.

Nomes de importância no cenário nacional também foram convidados e participaram de eventos realizados pelo Programa, como as Aulas Inaugurais dos semestres letivos e a VIII Jornada de Pesquisa e Extensão.

No decorrer do ano de 2017, foram realizados 14 eventos pelo Programa de Pós-Graduação, com público total estimado de 538 pessoas. Esses eventos estão descritos abaixo.

Fevereiro	
- Aula Inaugural 1º Semestre	
Os desafios da administração pública contemporânea - um enfoque no papel do Poder Legislativo	PALESTRANTE: José Matias Pereira - Universidade de Brasília (UnB) DATA: 20/02/2017 LOCAL: Auditório do Cefor

Maio	
- Palestra **Uma conquista racial nas salas do poder: Analisando o ADPF 186/2012 de uma perspectiva de gênero**	PALESTRANTE: Travis Knoll – Duke University DATA: 25/05/2017 LOCAL: Sala 42 do Cefor
Julho	
- Palestra **O SOM E A POLÍTICA - História, Metodologia e o Arquivo Sonoro da Câmara dos Deputados**	PALESTRANTE: Bryan Pitts – Duke University DATA: 06/07/17 LOCAL: Sala 42 do Cefor
Agosto	
- Aula Inaugural 2º Semestre **Crise, castigo e eleições**	PALESTRANTE: Lúcio Rennó - Professor Associado de Ciência Política/UnB e Presidente da Companhia de Planejamento do Distrito Federal DATA: 07/08/17 LOCAL: Auditório do Cefor
Setembro	
- Curso EAD **Democracia Digital e Participação**	DOCENTE: Walternor Brandão DATA: 4/9 A 4/12/17
- VIII Jornada de Pesquisa e Extensão **Legislativo, Executivo e Sociedade na construção da Governança Pública**	PALESTRANTES: Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida - Secretário-Chefe da Casa Civil do Governo do Distrito Federal; Eleonora Schettini Martins Cunha - Departamento de Ciência Política/UFMG; Nelson Gomes dos Santos Filho - Cefor/Câmara dos Deputados; Ana Cláudia Farranha - Faculdade de Direito/UnB; Christiana Freitas - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade/UnB; Sivaldo Pereira - Pós-Graduação em Comunicação/UnB; José Dantas Filho – ILB. E apresentação de 36 trabalhos de pesquisadores nacionais. DATA: 18 e 19/09/2017 LOCAL: Auditório do Cefor
- Palestra **Tecnologia da Informação e Inovação** (em parceria com a Aproge)	PALESTRANTE: Professor Robert D. Atkinson - presidente e fundador da Fundação de Tecnologia da Informação e Inovação (ITIF) DATA: 27/09/2017 LOCAL: Auditório do Cefor
- Palestra **Interação Parlamento e Academia: contexto brasileiro** (em parceria com a Aproge)	PALESTRANTES: Professor Octavio Luiz Ferraz e Professor Leif Wenar - King's College of London DATA: 15/09/2017 LOCAL: Auditório do Cefor

Outubro	
- Oficina Lattes para docentes	PALESTRANTES: Antonio Teixeira de Barros e Terezinha Elisabeth da Silva DATA: outubro/2017 LOCAL: Sala 24 do Cefor
Novembro	
- Palestra **O papel do Legislativo na avaliação de Políticas Públicas**	PALESTRANTE: Prof. Dr. Evert Oskar Vedung – Universidade de Upsala/Suécia DATA: 08/11/17 LOCAL: Sala 42 do Cefor
- Palestra **Michel Foucault, filósofo e político**	PALESTRANTE: Roberto Machado - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ DATA: 9/11/17 LOCAL: Auditório do Cefor
- Palestra **Práticas e interesses de pesquisa sobre Poder Legislativo na Europa e na América Latina**	PALESTRANTE: Cristiane Brum Bernardes – professora do Mestrado Profissional em Poder Legislativo - Cefor DATA: 23/11/17 LOCAL: Sala 34 do Cefor
- Seminário Legislativo e Avaliação de Políticas Públicas	PALESTRANTES: Lycia Lima - Coordenadora Executiva do CLEAR FGV; Ricardo Correa Gomes - Professor da FACE/UnB; Rita de Cássia Leal Fonseca - Consultora de Orçamento do Senado Federal; Nelson Gomes dos Santos Filho - Coordenador da Pós-Graduação do Cefor; Fabiana Rodopoulos - Subchefe Adjunto de Finanças Públicas da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil; Marcelo Barros Gomes - Coordenador Geral de Controle Externo de Resultados de Políticas e Programas Públicos do TCU; Alexandre Iwata - Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do IPEA; Fernando Meneguin - Consultor Legislativo do Senado Federal; Maria Cristina Mac Dowell - Líder fiscal do Banco Interamericano de Desenvolvimento; Antonio Nucifora - Economista-chefe para o Brasil Banco Mundial; Leonardo Cezar Ribeiro - Analista Legislativo do Senado Federal; Hélio Tollini - Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados. DATA: 30/11/2017 LOCAL: Auditório Cefor
Dezembro	
- Palestra **Reforma Protestante e as Prerrogativas Constitucionais dos parlamentos**	PALESTRANTE: Silvio Gabriel Serrano Nunes - Universidade Nove de Julho (SP). DATA: 13/12/2017 LOCAL: Sala 42 do Cefor

3. Banco de Dados Estatísticos

Ensino

Tabela 8: Cursos encerrados e em andamento
2005 - 2017

		Concluídos	Em andamento em dez/2017	Total
Cursos próprios	Lato sensu (especialização)	17	2	19
	Turmas Mestrado	3	3	6
Cursos em parceria		4	-	4
Cursos contratados		3	1	4
Total		27	6	33

Tabela 9: Cursos iniciados em 2017

		Cursos iniciados	Vagas ofertadas	Vagas ocupadas
Cursos próprios	Lato sensu (especialização)	1	30	20
	Turmas Mestrado	1	21	21
Cursos em parceria		-	-	-
Cursos contratados		-	-	-
Total		2	51	41

Tabela 10: Quantidade de alunos regulares atendidos e de concluintes em 2017

Curso	Alunos atendidos 2017	Concluintes 2017
Especialização em Comunicação Política no Legislativo (CPL)	8	6
Especialização em Processo Legislativo (PL 6ª edição)	30	30
MBA em Governança Legislativa - 2ª edição	29	28
Mestrado - Ingressantes no 2º sem/2014	8	4
Mestrado - Ingressantes no 2º sem/2015	18	6
Mestrado - Ingressantes no 2º sem/2016	12	-
Mestrado - Ingressantes no 2º sem/2017	21	-
Doutorado Interinstitucional em Ciência Política (Dinter) - Iesp - UERJ	15	-
Total	141	74

Gráfico 17: Quantidade de alunos regulares do Mestrado que foram alunos especiais 2014-2017

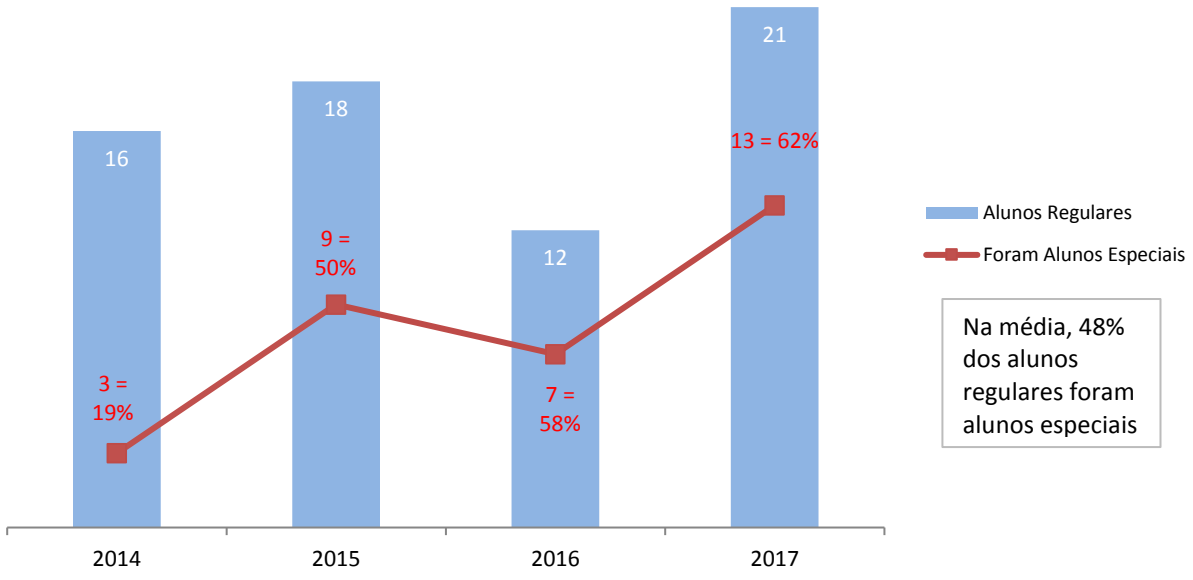


Gráfico 18: Quantidade de alunos especiais do Mestrado por semestre 2013-2017

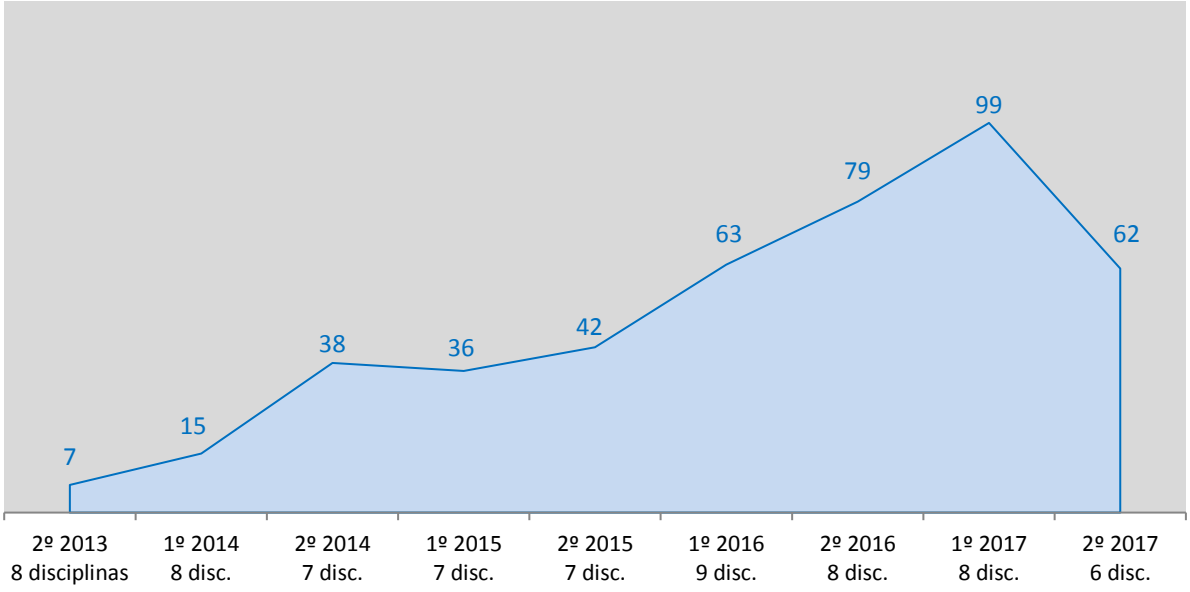


Tabela 11: Quantidade de alunos regulares das áreas legislativa e administrativa da CD 2005-2017

Área Legislativa	62%	Área Administrativa	38%
Lideranças	1	Defin - Deptº de Finanças, Orçamento e Contabilidade	2
Gabinetes Parlamentares	29	Depes - Deptº de Pessoal	7
Decom - Deptº de Comissões	30	Demed - Deptº Médico	13
Cedi - Centro de Documentação e Informação	9	Secom - Secretaria de Comunicação Social	24
Conle - Consultoria Legislativa	1	Cenin - Centro de Informática	4
Órgãos da Mesa Diretora	2	Detec - Deptº Técnico	42
SGM - Secretaria-Geral da Mesa	3	DG - Diretoria-Geral	18
Detaq - Deptº de Taquigrafia, Revisão e Redação	67	Secin - Secretaria de Controle Interno	26
Conof - Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira	15	Demap - Deptº de Material e Patrimônio	24
Dileg - Diretoria Legislativa	5	Cefor - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento	7
Procuradoria Parlamentar	102	Depol - Deptº de Polícia Legislativa	2
Deapa - Deptº de Apoio Parlamentar	106	DRH - Diretoria de Recursos Humanos	4
Corregedoria Parlamentar	3	Dirad - Diretoria Administrativa	23
Cedes - Centro de Estudos e Debates Estratégicos	1		
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar	12		
Ouvidoria Parlamentar	3		
Total	425		257

Á área de Ciência Política e Relações Internacionais da Capes, à qual está vinculada o Mestrado Profissional em Poder Legislativo, avalia os programas no Brasil com base em vários indicadores de qualidade acadêmica dentro de uma perspectiva quadrienal.

Abaixo estão descritos os indicadores mais relevantes relativos ao Mestrado Profissional em Poder Legislativo do Programa de Pós-Graduação do Cefor desde sua implantação, em 2013.

- **INDICADORES RELATIVOS À PROPOSTA DO PROGRAMA**

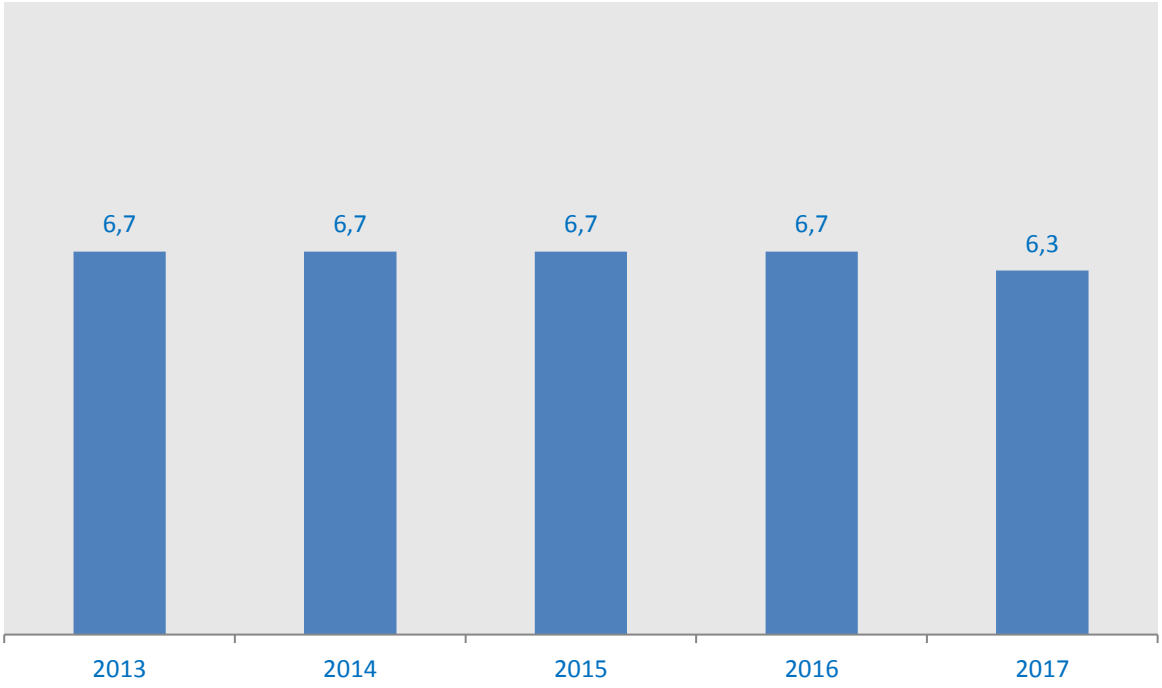
DOCENTES PERMANENTES POR LINHA DE PESQUISA

Avalia o alinhamento e coerência existentes entre as especificidades temáticas do programa e o perfil do corpo docente por meio do equilíbrio na distribuição dos docentes permanentes entre as diferentes linhas de pesquisa. A recomendação da área é de evitar a dispersão, limitando linhas de pesquisa em número não superior a 1 para cada grupo de 3 docentes permanentes.

Fórmula de cálculo: nº docentes permanentes / nº linhas de pesquisa

O índice apresentou alteração em 2017 em função do ingresso de 3 docentes colaboradores no corpo de professores do Mestrado.

Gráfico 19: Docentes permanentes por linha de pesquisa
2013-2017



- **INDICADORES RELATIVOS AO CORPO DOCENTE**

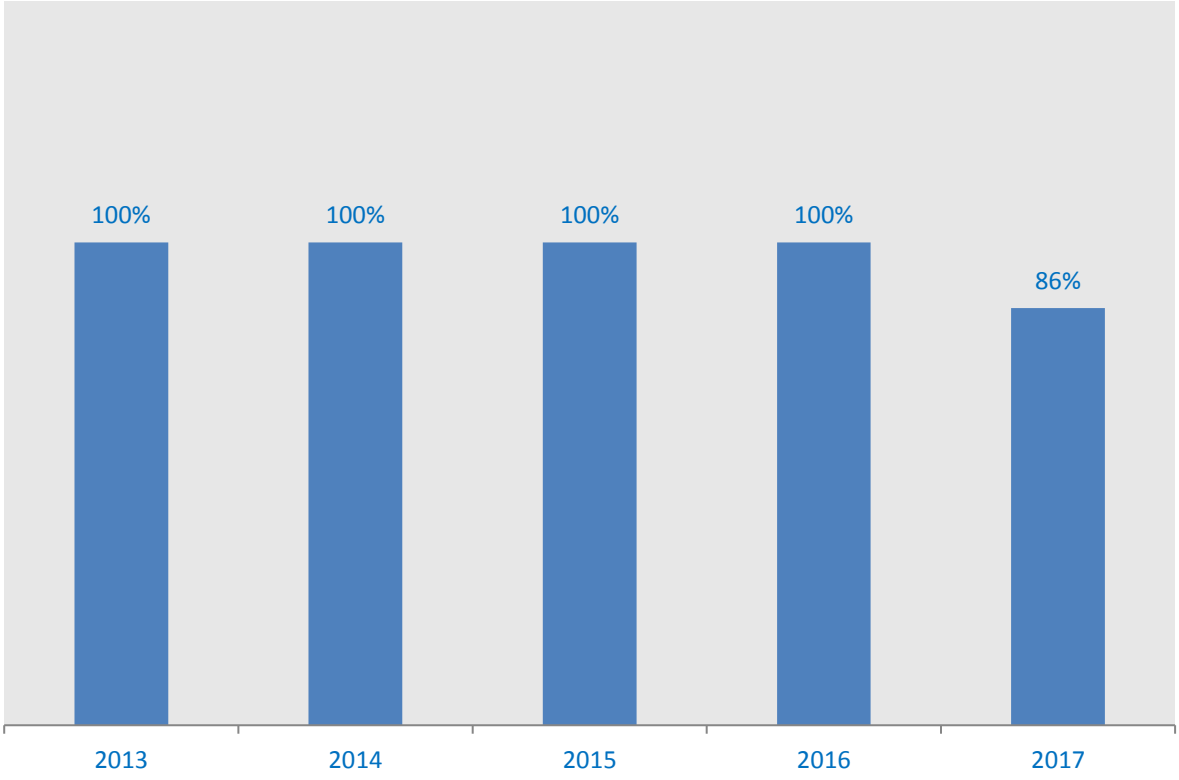
DOCENTES PERMANENTES EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOCENTES

Avalia a adequação e a dedicação dos docentes permanentes e a distribuição de atividades para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes. A recomendação da área é de 70% do corpo docente formado por permanentes.

Fórmula de cálculo: nº docentes permanentes / nº total de docentes

O índice apresentou alteração em 2017 em função do ingresso de 3 docentes colaboradores no corpo de professores do Mestrado.

Gráfico 20: Docentes permanentes em relação ao total de docentes 2013-2017

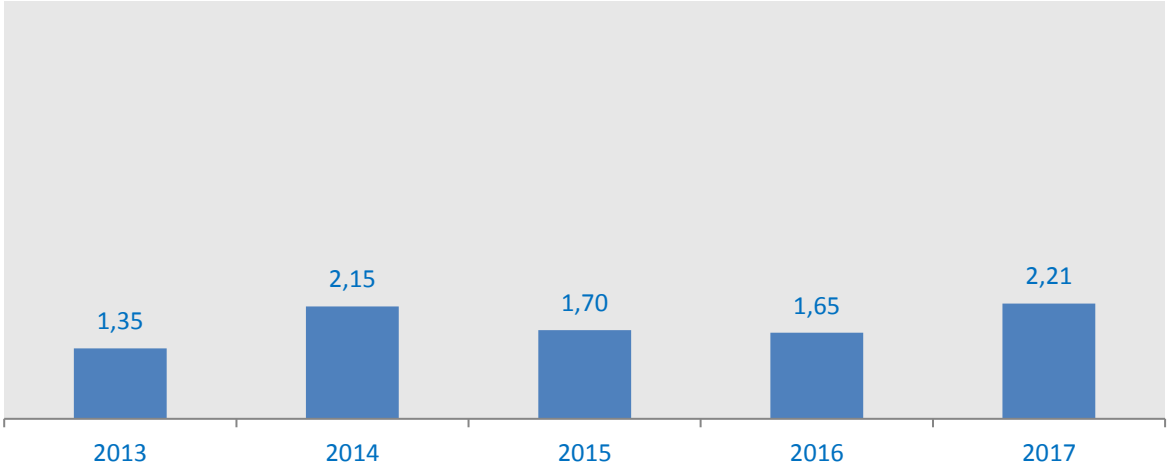


Orientandos por Docente Permanente

Avalia a relação entre a dimensão do corpo docente e a quantidade de discentes. A recomendação da área é que fique situada no intervalo entre 3 e 8.

Fórmula de cálculo: nº orientandos / nº docentes permanentes

Gráfico 21: Orientandos por Docente Permanente
2013-2017

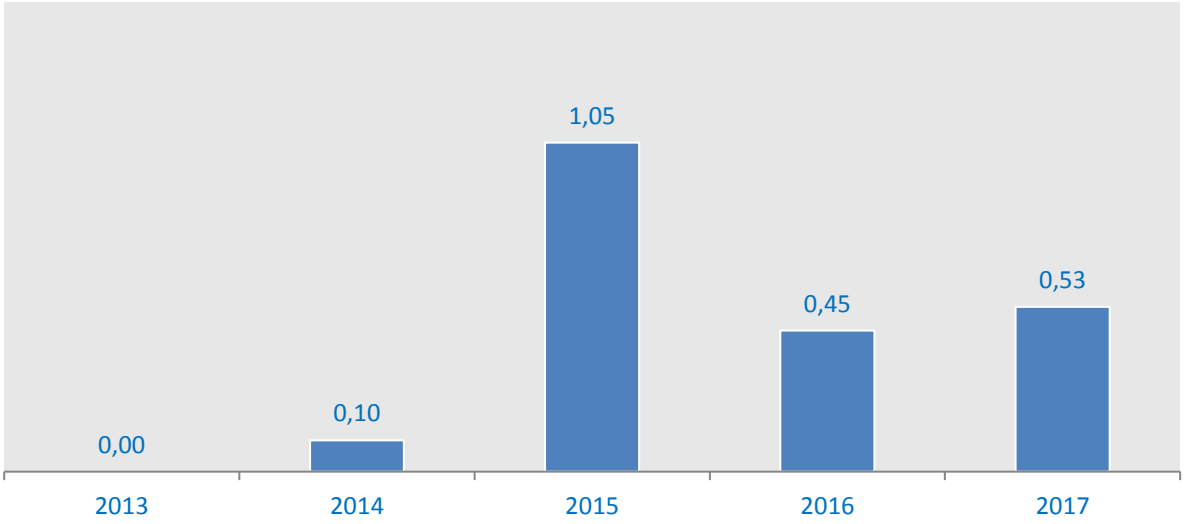


Dissertações Concluídas pela quantidade de docentes permanentes

Avalia a quantidade de trabalhos de conclusão aprovados e sua distribuição em relação ao corpo docente permanente.

Fórmula de cálculo: nº dissertações concluídas / nº docentes permanentes

Gráfico 22: Dissertações concluídas pela quantidade de docentes permanentes
2013-2017

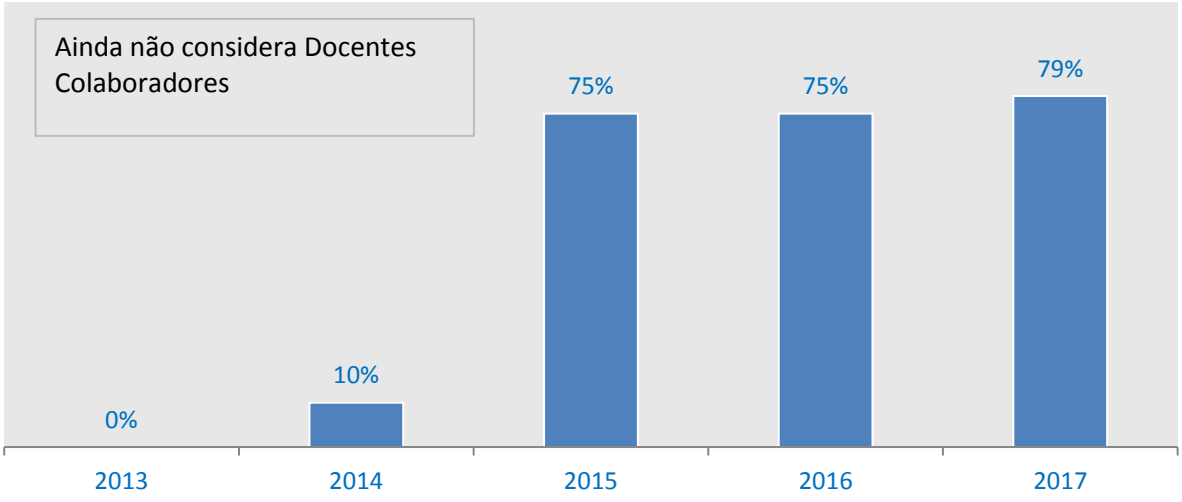


DOCENTES COM DEFESAS

É outro indicador que avalia a adequação e dedicação dos docentes permanentes e a distribuição das atividades. É calculado de forma acumulada desde o início do Mestrado para indicar a efetiva participação dos docentes.

Fórmula de cálculo: nº docentes com defesas dissertações / nº docentes permanentes

Gráfico 23: Docentes com defesas
2013-2017



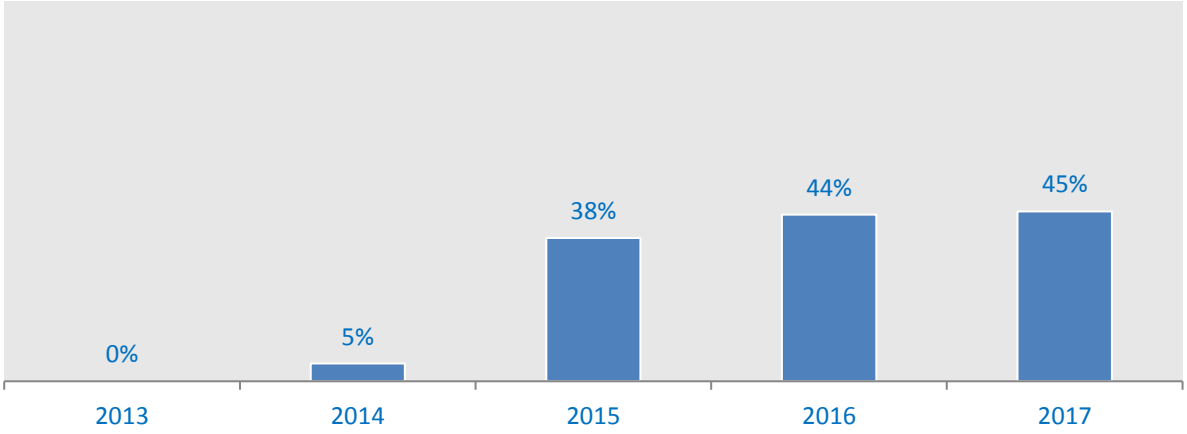
- **INDICADORES RELATIVOS AO CORPO DISCENTE**

DISSERTAÇÕES CONCLUÍDAS PELA QUANTIDADE DE DISCENTES

Avalia a quantidade de trabalhos de conclusão aprovados e sua distribuição em relação ao corpo discente total no período.

Fórmula de cálculo: nº dissertações concluídas / nº total de discentes

Gráfico 24: Dissertações concluídas pela quantidade de discentes
2013-2017

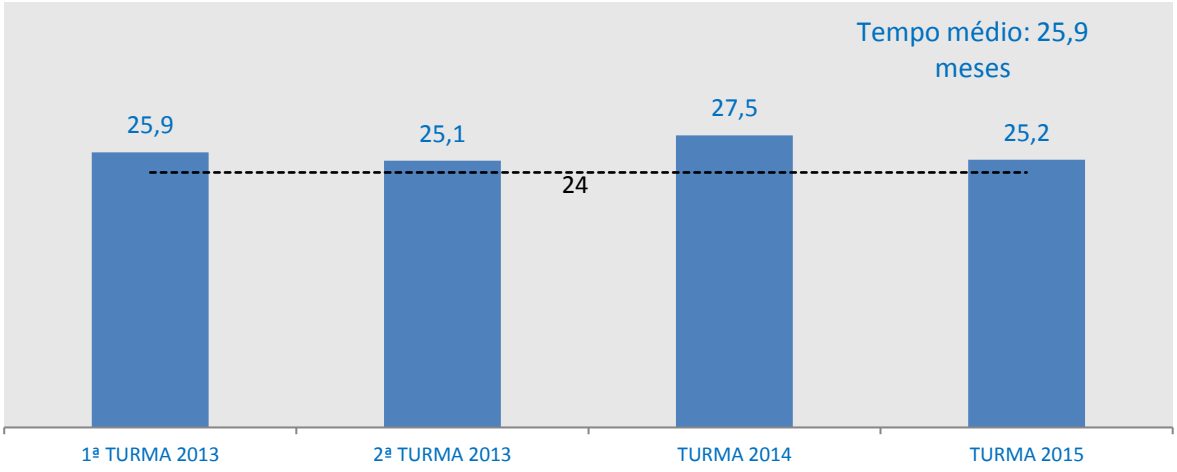


Tempo de Conclusão das Dissertações

Avalia a eficiência do Programa na formação de mestres, em relação ao tempo de conclusão. A meta é de 24 meses e os dados são apresentados em relação a cada turma do Mestrado que já teve alunos concluintes.

Fórmula de cálculo: meses conclusão dissertações / nº concluintes mestrado

Gráfico 25: Tempo de Conclusão das Dissertações
2013-2017



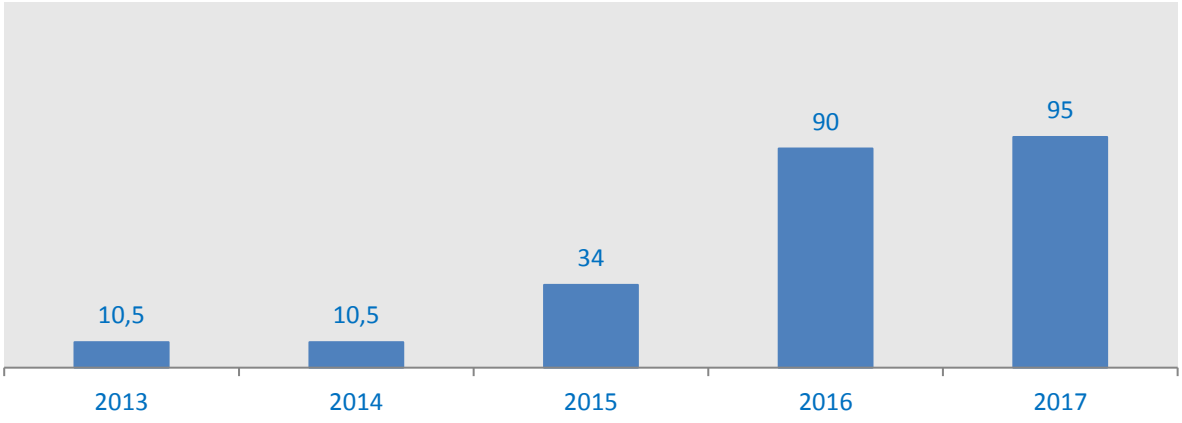
- **Indicadores relativos à produção intelectual**

Índice de Produção Qualificada-revistas (IPQ-r)

Avalia a produção intelectual per capita dos docentes permanentes veiculada em periódicos científicos classificados nos estratos A1, A2 e B1 do Qualis da área.

Fórmula de cálculo: (nºA1 x 100)+(nºA2 x 85)+(nºB1 x 70) / nº docentes permanentes

Gráfico 26: Índice de Produção Qualificada-revistas (IPQ-r)
2013-2017



DISTRIBUIÇÃO DE PRODUÇÃO QUALIFICADA-REVISTAS NO CORPO DOCENTE PERMANENTE

Avalia a proporção de docentes permanentes com publicações nos estratos A1, A2 e B1 do Qualis da área.

Fórmula de cálculo: nº docentes permanentes com produção A1, A2 ou B1 / nº docentes permanentes

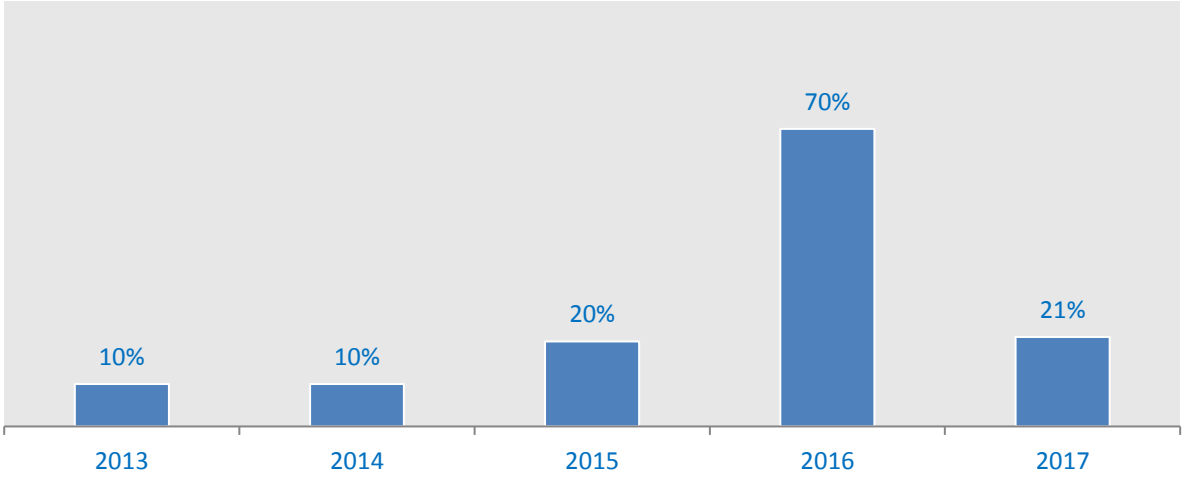



Gráfico 27: Distribuição de Produção Qualificada-revistas no Corpo Docente Permanente 2013-2017